



OBSERVATÓRIO  
DO CLIMA



NOTA TÉCNICA

# INDICATIVOS DE GÊNERO EM POLÍTICAS E PROGRAMAS CLIMÁTICOS NA ESFERA FEDERAL

ELABORAÇÃO:  
JÚLIA CAMPOS, KAREN SUASSUNA, LÍGIA GALBIATI, NARA PEROBELLI  
PARA O OBSERVATÓRIO DO CLIMA



## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

- As alterações climáticas são percebidas e vivenciadas de formas diferentes pelas pessoas em todas as partes do mundo, segundo o gênero, classe, raça, etnia, localização geográfica, idade, entre outros fatores;
- Olhar a crise climática sob uma perspectiva transversal e de gênero ajuda a entender as vulnerabilidades específicas de mulheres e populações minoritárias e a propor soluções;
- A esfera federal de governo tem um papel importante na elaboração de legislações, políticas e diretrizes que definirão a maneira como o país enfrenta essa problemática;
- Apesar de as políticas climáticas federais, ao longo do tempo, terem se tornado mais sensíveis às questões de gênero e étnico-raciais, elas ainda tendem a reduzir esses grupos apenas à sua vulnerabilidade, ignorando os seus saberes e contribuições para o combate às mudanças climáticas;
- A formulação de documentos que subsidiarão as decisões governamentais precisa incluir esses grupos desde o início: dar-lhes voz e protagonismo na agenda climática e na elaboração das políticas públicas. Afinal, são essas parcelas da população que mais tendem a sofrer com os efeitos da mudança do clima, e com elas temos muito a aprender.

## 2. INTRODUÇÃO

---

As emissões de gases de efeito estufa pela ação humana vêm alterando o sistema climático global, e essas alterações são sentidas e vivenciadas de formas diferentes por diversas mulheres e homens, em todas as partes do mundo. A crise climática, para além de uma crise ambiental, define também uma crise social, política e econômica. Tratar de todas essas dimensões humanas é essencial para elaborar soluções efetivas e transformadoras.

A forma como o ser humano se relaciona com o ambiente não é universal: varia segundo a sua cultura, idade, localização, etnia, raça e gênero. A ótica de gênero traz aspectos importantes para entender as causas e efeitos da mudança climática. Esse tipo de abordagem vem sendo cada vez mais reforçado nos espaços internacionais, como é o caso da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas<sup>1</sup>.

As relações de gênero definem relações de poder entre homens e mulheres, que se expressam em diferenças materiais entre os sexos: seja nos meios de subsistência, nos papéis de trabalho ou no acesso desigual a recursos<sup>2</sup>. Devido a essas desigualdades estruturais, diversos estudos apontam que as mulheres estão mais sujeitas aos efeitos negativos da crise climática<sup>3</sup>.

No entanto, não basta tratar o problema apenas com um recorte de gênero. Temos que considerar também a classe, raça, idade, cultura, localização geográfica e etnia da sociedade brasileira e das mulheres. Há um grande potencial de contribuições de grupos socialmente marginalizados: novos olhares, saberes e práticas que muitas vezes não são perceptíveis para os sujeitos que ocupam os espaços de tomada de decisão e de formulação de políticas.

---

<sup>1</sup> Gender Action Plan (Decisão 3/COP 25; 2019)  
<<https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/the-gender-action-plan>>

<sup>2</sup> Großmann e Haug (2018)

<sup>3</sup> Denton (2010); Goh (2012)

As soluções para a questão climática, portanto, são complexas. Envolve diferentes níveis de atuação, setores e sujeitos da sociedade. Dentre eles, destaca-se o poder público federal. É ele o responsável pelas articulações no âmbito internacional, pela criação de legislações, diretrizes, instituições e modos de governança, como as políticas públicas. Considerar todas as dimensões humanas de que falamos é a única forma de garantir que as políticas climáticas sejam efetivas e contribuam para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Este documento propõe verificar se existem e como se apresentam as questões relativas a gênero e a populações étnico-raciais nas legislações, políticas e programas federais sobre mudanças climáticas.

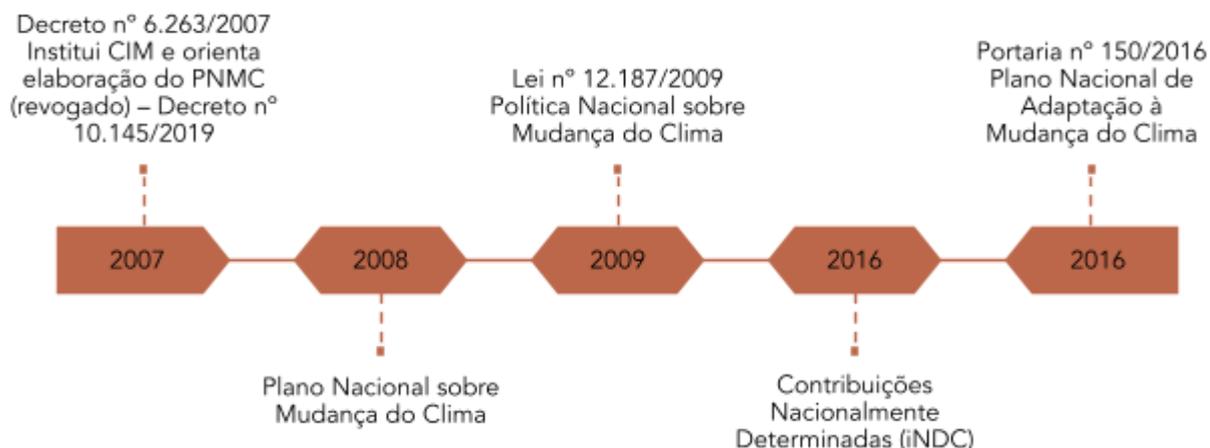
### 3. MÉTODO

---

Para verificar a existência e o tipo de abordagem do tema, nossa pesquisa baseou-se em um levantamento de legislações, planos e políticas governamentais sobre as mudanças climáticas. Elas foram extraídas das páginas oficiais do Ministério do Meio Ambiente<sup>4</sup>, principal órgão responsável pela formulação e implementação das políticas do setor. A partir desse levantamento, identificamos os marcos regulatórios a respeito das mudanças climáticas. São eles:

---

<sup>4</sup> < <https://www.mma.gov.br/> >



Fonte: elaborado pelas autoras.

Entre os anos 2007 e 2016 foram elaborados os principais documentos relacionados à governança climática na esfera federal brasileira:

- Decreto nº 6263/2007: instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudanças Climáticas para orientar o desenvolvimento e implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima;
- Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC);
- Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

Além disso, em 2016, o governo brasileiro apresentou ao secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima suas contribuições nacionalmente determinadas (iNDCs) para o Acordo de Paris, adotado na 21ª Conferência entre as Partes (COP-21).

Também pesquisamos os termos afins às temáticas de gênero nos seguintes documentos: Plano Nacional sobre Mudança do Clima, Política Nacional sobre Mudança do Clima, Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e Contribuições Nacionalmente Determinadas.

Durante o levantamento, utilizamos as seguintes palavras-chave: Gênero; Mulher; Menina; LGBT; Igualdade; Equidade; Criança; Raça; Negro/negra; Quilombo/quilombola; Etnia; Povos; Comunidade; Indígena; Vulnerável/vulneráveis;

Refugiado; Imigrante; Periferia/periférica; Favela e Baixa renda. A pesquisa tratou de verificar a quantidade de ocorrência dos termos e de identificar os contextos nos quais eles foram apresentados.

## 4. RESULTADOS

---

Os resultados são aqui apresentados por meio de uma tabela para cada documento. Ela contém apenas as palavras que foram mencionadas nos textos. O leitor poderá encontrar o número de menções e a seção dos documentos em que a menção ocorre, além de alguns trechos para exemplificar o contexto no qual os termos aparecem. No caso dos documentos com poucas menções, não será apresentada tabela, apenas os trechos em destaque.

### 4.1. POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

As únicas palavras-chave localizadas no texto da lei foram “Comunidade”, no âmbito do *artigo terceiro*, e “Vulneráveis”, no âmbito do *artigo quarto*.

Art. 3o. A PNMC e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional, e, quanto às medidas a serem adotadas na sua execução, será considerado o seguinte:

III - as medidas tomadas devem levar em consideração os diferentes contextos socioeconômicos de sua aplicação, distribuir os ônus e encargos decorrentes entre os setores econômicos e as populações e comunidades interessadas de modo equitativo e equilibrado e sopesar as responsabilidades individuais quanto à origem das fontes emissoras e dos efeitos ocasionados sobre o clima;

Art. 4o. A Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC visará:

V - à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos;

A citação apresenta de forma superficial a ideia de vulnerabilidade: sem explicitar quais são esses agentes sociais vulneráveis, nem discutir a vulnerabilidade sob a perspectiva étnico-racial e de gênero.

#### 4.2. PLANO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (PNMC)

As palavras-chave encontradas no texto foram: “Quilombo”; “Povo”; “Comunidade”; “Indígena”; “Vulnerável/vulneráveis” e “Baixa renda”.

Tabela 1. Palavras-chave mencionadas no texto, quantidade de menções e seção do documento Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Palavra-chave	Quantidade de Menções	Seção do documento
Quilombo/quilombola	1	IV - 4 EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO
Povo	1	IV - 2 FLORESTAS, OUTROS BIOMAS E AGROPECUÁRIA
Comunidade	1	IV - 2 FLORESTAS, OUTROS BIOMAS E AGROPECUÁRIA
Indígena	3	IV - 2 FLORESTAS, OUTROS BIOMAS E AGROPECUÁRIA
Vulnerável/vulneráveis	1	INTRODUÇÃO
Baixa renda	1	IV - 1 ENERGIA

O termo “vulneráveis” foi citado na *Introdução* do Plano:

A necessidade de fortalecer as ações intersetoriais decorre do fato de que a atual vulnerabilidade da população influencia na sua capacidade de responder às consequências da mudança do clima. Identificar os grupos populacionais mais vulneráveis, que não estão preparados para fazer frente a esses impactos, e promover ações voltadas para fortalecer a resiliência desses grupos são fundamentais para criar estratégias de adaptação eficazes. (BRASIL, 2009, p. 13)

As outras cinco palavras-chave foram localizadas no *Capítulo IV - Oportunidades de Mitigação*, em diferentes seções, como apresentado abaixo.

“Quilombo” e “indígenas” foram mencionados na seção *Educação, capacitação e comunicação*, item *Ações de Educação Ambiental*:

Foram produzidos 106 mil exemplares de um conjunto de materiais didáticos entre os quais consta um livro sobre Mudanças Ambientais Globais – Pensar + agir na escola e na comunidade. A distribuição foi feita para as 58 mil escolas do Ensino Fundamental (6ª a 9ª séries), além de 6 mil escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais (BRASIL, 2009, página 113).

As palavras-chave “povo”, “comunidade” e “indígena” foram citadas na seção *Florestas, outros biomas e agropecuária*, com “povo” e “comunidade” inseridos na seção *Aumento da Sustentabilidade da Agropecuária - Fixação de Preço Mínimo de Produtos de Extrativismo (ações voltadas aos povos e comunidades tradicionais)*, e “indígena” na seção *Conservação dos Biomas - a) Ações em Implantação - Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)*.

A última menção das palavras-chave foi “baixa renda”, na seção *Energia*, item *Redução de Consumo de Energia - Programa de Substituição e Promoção do Acesso à Refrigeradores Eficientes*.

A exemplo de programas já realizados em alguns estados da Federação, este visa à substituição de equipamentos antigos por equipamentos eficientes, promovendo-se, além da melhoria da qualidade de vida dos consumidores de baixa renda, o uso eficiente da energia elétrica, com redução de emissões de gases de efeito estufa pelo não despacho de térmicas, bem como pelo adequado recolhimento e reaproveitamento dos gases dos refrigeradores, também com grande poder de aquecimento global. (BRASIL, 2009, p. 49)

Apesar de o documento tocar em temas pertinentes para populações consideradas vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais, ainda o faz de forma incipiente e não discute questões mais profundas de gênero ou de raça. Além disso, ao citar alguns grupos específicos, o faz apenas como público-alvo em iniciativas pontuais, e não estruturais.

#### 4.3. CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS (iNDC)

As contribuições nacionalmente determinadas foram redigidas antes da elaboração do Plano Nacional de Adaptação, indicando os princípios sob os quais o Plano deveria ser construído. Logo na primeira página existe o comprometimento com os direitos humanos em geral e das populações consideradas vulneráveis, indicando a promoção de medidas também sensíveis às questões de gênero.

O Governo brasileiro está comprometido com a implementação da iNDC com pleno respeito aos direitos humanos, em particular os direitos das comunidades vulneráveis, das populações indígenas, das comunidades tradicionais e dos

trabalhadores nos setores afetados por políticas e planos correspondentes, e promovendo medidas sensíveis a gênero (BRASIL, 2016a, p. 1).

Além disso, na seção Ações em Adaptação, existe a menção do termo “Vulneráveis” e a indicação de que o Plano Nacional de Adaptação seria construído e implementado com forte participação dos grupos interessados:

A dimensão social está no cerne da estratégia de adaptação do Brasil, tendo presente a necessidade de proteger as populações vulneráveis dos efeitos negativos da mudança do clima e fortalecer sua capacidade de resiliência. Nesse contexto, o Brasil está trabalhando no desenvolvimento de novas políticas públicas, tendo como referência o Plano Nacional de Adaptação (PNA), em fase final de elaboração. A forte participação dos atores interessados, em todos os níveis, contribuirá para a formulação e implementação do PNA do Brasil (BRASIL, 2016a, p. 3).

#### 4.4. PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA (PNA)

O PNA está estruturado em dois volumes, o primeiro contendo a Estratégia Geral e o segundo as Estratégias Setoriais e Temáticas, dividido em 11 setores e temas, sendo eles: *Agricultura, Biodiversidade e Ecossistemas, Cidades, Desastres Naturais, Indústria e Mineração, Infraestrutura (Energia, Transportes e Mobilidade Urbana), Povos e Populações Vulneráveis, Recursos Hídricos, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional e Zonas Costeiras.*

No capítulo 3 do volume I, são apresentados os objetivos do Plano e já se encontram elencadas em seus princípios algumas palavras-chave consideradas para a pesquisa:

Abranger as dimensões social, cultural e econômica para promoção da adaptação, considerando os grupos e populações particularmente mais vulneráveis, tais como populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, que precisam ser atendidas de forma multissetorial, regionalizada e prioritária, incluindo a aplicação de abordagens sensíveis ao gênero e com critérios raciais e étnicos; (BRASIL, 2016b, p. 19)

Ao longo do volume I, os termos “Povo”, “Comunidade”, “Indígena” e “Vulnerável/vulneráveis” são tratados em outras seções como *Mudança do Clima observada e futura, Metas e Gestão do Plano.* No entanto, não existem outras

menções à palavra “Gênero” ou qualquer menção a “Mulher”, “Menina”, “Criança”, “Igualdade”, “Equidade”.

Tabela 2. Palavras-chave mencionadas no texto, quantidade de menções e seção do documento Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, volume I – Estratégia Geral.

Palavra-chave	Quantidade de Menções	Seção do documento
Gênero	1	3. OBJETIVOS
Raça/Racial/Raciais	1	3. OBJETIVOS
Quilombo/Quilombola	1	3. OBJETIVOS
Étnico/Étnica	1	3. OBJETIVOS
Povo	1	1. APRESENTAÇÃO
	1	2. MUDANÇA DO CLIMA OBSERVADA E FUTURA
	2	4. METAS
Comunidade	2	4. METAS
	1	5. GESTÃO DO PLANO
Indígena	1	3. OBJETIVOS
	1	4. METAS
Vulnerável/Vulneráveis	1	1. APRESENTAÇÃO
	1	2. MUDANÇA DO CLIMA OBSERVADA E FUTURA
	2	3. OBJETIVOS
	4	4. METAS
	1	5. GESTÃO DO PLANO

No volume II, que trata das Estratégias Setoriais, um dos capítulos discute exclusivamente a *Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis*. Ele concentra duas referências a “gênero”, duas referências a “mulher”, a única referência a “igualdade”, duas referências a “raça/racial”, a única referência a “negro/negra” e quatro referências a “étnico/étnica”.

O termo “criança” foi citado sobretudo na seção sobre *Estratégia de Saúde*; já o termo “favela” foi citado tanto em *Estratégia de Saúde* quanto de *Cidades*.

As palavras “quilombo/quilombola”, “povos”, “comunidade”, “indígena” e “vulnerável” tiveram o maior número de citações, e se concentraram no capítulo sobre *Estratégia dos Povos e Populações Vulneráveis*. Além deste, “quilombo/quilombola” e “indígenas” surgiram nas seções sobre *Estratégia de*

*Saúde e Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional, e “povo” em Estratégia de Biodiversidade e Ecossistemas e Estratégias de Segurança e Nutrição Alimentar. “Vulnerável” apareceu em todos os capítulos, enquanto que “comunidade” apareceu em todos, exceto em Estratégia de Indústria e Mineração e Estratégia de Recursos Hídricos.*

Tabela 3. Palavras-chave mencionadas no texto, quantidade de menções e seção do documento Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, volume II – Estratégias Setoriais e Temáticas.

Palavra-chave	Quantidade de Menções	Seção do documento
Gênero	2	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
Mulher	2	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
Igualdade	1	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
Equidade	1	3. Estratégia de Cidades
Criança	1	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
	3	9. Estratégia de Saúde
Raça/Racial/Raciais	2	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
Negro/Negra	1	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
Quilombo/Quilombola	4	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
	1	9. Estratégias de Saúde
	6	10. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
Étnico/Étnica	4	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
Povo	1	APRESENTAÇÃO
	1	Estratégia de Biodiversidade e Ecossistemas
	64	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
	12	10. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
Comunidade	1	APRESENTAÇÃO
	2	1. Estratégia de Agricultura
	9	2. Estratégia de Biodiversidade e Ecossistemas
	1	3. Estratégia de Cidades
	2	4. Estratégia de Gestão de Riscos e Desastres
	1	6. Estratégia de Infraestrutura
	15	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
	2	9. Estratégia de Saúde
	12	10. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
9	11. Estratégia de Zonas Costeiras	
Indígena	61	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis

	5	9. Estratégia de Saúde
	31	10. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
Vulnerável/Vulneráveis	2	APRESENTAÇÃO
	3	1. Estratégia de Agricultura
	16	2. Estratégia de Biodiversidade e Ecossistemas
	1	3. Estratégia de Cidades
	5	4. Estratégia de Gestão de Riscos e Desastres
	2	5. Estratégia de Indústria e Mineração
	5	6. Estratégia de Infraestrutura
	41	7. Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis
	1	8. Estratégia de Recursos Hídricos
	8	9. Estratégia de Saúde
	4	10. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
	2	11. Estratégia de Zonas Costeiras
Favela	1	3. Estratégia de Cidades
	1	9. Estratégia de Saúde

## 5. CONCLUSÃO

---

A busca dos termos nos documentos teve como objetivo ampliar o entendimento sobre a existência e o contexto de inserção das questões de gênero e étnico-raciais, presentes no conjunto de normas e diretrizes que tratam das mudanças climáticas no cenário federal brasileiro.

Pode-se identificar uma evolução dos planos relacionados às mudanças climáticas ao longo do tempo, no que diz respeito às temáticas de gênero e de diversidade étnico-racial. No primeiro Plano e Política da esfera federal, lançados ainda na primeira década dos anos 2000, não se observava uma abordagem sensível a essas temáticas. Contudo, o documento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC) estabeleceu em seus princípios o comprometimento com populações vulneráveis e medidas sensíveis às questões de gênero. Além disso, indicou que a elaboração e implementação do Plano de Adaptação (PNA) seria realizada com ampla participação dos atores interessados. Por fim, o PNA, lançado em 2016, já aponta esses temas como relevantes e estruturantes de seus princípios e metas.

O volume II do PNA apresenta um capítulo destinado a Estratégia de Povos e Populações Vulneráveis dentre seus eixos temáticos. O texto foi escrito de forma conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente<sup>5</sup> (MMA), a Fundação Nacional do Índio<sup>6</sup> (FUNAI) e o Ministério do Desenvolvimento Social<sup>7</sup> (MDS), com objetivo de identificar os grupos populacionais vulneráveis à mudança do clima e promover sua adaptação. O documento mostra índices e metodologias para categorizar os grupos considerados mais sensíveis. Para tal, consideram-se fatores como a pobreza<sup>8</sup>, mas não só:

[...] questões de gênero e raça, que são dirigidas especialmente às mulheres, populações tradicionais, grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTes) e aos negros, especialmente inseridos em um contexto de desigualdades estruturantes (BRASIL, 2016c, p. 144).

Outro aspecto relevante dentro deste capítulo sobre populações vulneráveis é a seção que trata sobre conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Ela reconhece sua potencialidade e recomenda a participação desse segmento da população nos debates, avaliações e planejamento de políticas ligadas às mudanças climáticas.

Apesar de o PNA representar um avanço ao incorporar questões de gênero e étnico-raciais dentro de suas estratégias, essas perspectivas tendem apenas a identificar certos grupos como vulneráveis, sem lhes reconhecer o papel de agentes. Deixa-se à margem a capacidade real dessas populações para contribuírem na elaboração e implementação de estratégias de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Por fim, alguns grupos importantes não aparecem no documento. É o caso dos imigrantes e refugiados, cujas realidades vêm se tornando cada vez mais relevantes quando se fala dos efeitos das mudanças climáticas. Também não são feitas

---

<sup>5</sup> < <https://www.mma.gov.br/>>

<sup>6</sup> < <https://www.gov.br/funai/pt-br>>

<sup>7</sup> < <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social>>

<sup>8</sup> Conforme, aliás, abordagem proposta pelo IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, na sigla em inglês): <https://www.ipcc.ch/>

referências expressivas a populações periféricas e LGBTQIA+, as quais exercem papel importante nas discussões relacionadas ao direito e acesso à cidade, saúde, entre outras.

## 6. IMPLICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

---

O discurso de que mulheres são mais vulneráveis às mudanças climáticas é recorrente em espaços de governança. Ele, no entanto, pode ser contraproducente<sup>9</sup>. Ao tratar gênero como sinônimo de mulher, ignora-se toda a complexidade das relações de gênero e de poder entre os sexos e reforça-se o estereótipo de “vítima”, que recai principalmente sobre mulheres dos países mais pobres.

Discursos desse tipo fortalecem afirmações essencialistas e universais, como se “mulher” fosse uma categoria única (ignorando as intersecções com classe, raça, etnia etc.) e naturalmente ou biologicamente mais “vulnerável”. A consequência pode ser a elaboração de políticas ineficientes, pois distantes da realidade local<sup>10</sup>.

Populações tradicionais, negras e indígenas também são colocadas sob o mesmo espectro da vulnerabilidade. Como resultado, retira-se a agência dos sujeitos e sua capacidade de resposta, ignorando ou tornando invisíveis suas contribuições.

As vítimas do clima aparecem como figuras passivas que precisam de ajuda para se tornarem autossuficientes o bastante para lidar com condições adversas que estão além de sua compreensão e controle. Pessoas que estão posicionadas como vulneráveis a condições meteorológicas extremas e outras formas de destruição climática são feminizadas e racializadas.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Arora-Jonsson (2011)

<sup>10</sup> Buckingham e Le Masson (2017)

<sup>11</sup> MacGregor (2017, p. 19). Tradução livre.

Destaca-se a necessidade de inclusão desses grupos nos espaços de tomada de decisão e de elaboração de documentos que subsidiarão as políticas públicas. Para que a inclusão seja bem-sucedida, os sujeitos impactados devem participar desde o início da produção dos documentos. Mas não somente: sua participação precisa ocorrer em espaços que não reproduzam as desigualdades e hierarquias da sociedade, mas promovam trocas de modo horizontal. Apenas assim suas vozes serão ouvidas e suas especificidades, respeitadas.

## 7. REFERÊNCIAS

---

ARORA-JONSSON, Seema. Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender and climate change. *Global Environmental Change*, v. 21, n. 2, p. 744-751, 2011.

BRASIL. COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília: Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, 2008.

BRASIL. Presidência da República (PR). Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada para Consecução Do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Brasília, 2016a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima—Estratégia Geral/ Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Mudança do Clima e Florestas. Brasília, DF: MMA, 2016b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima—Volume 2/ Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Mudança do Clima e Florestas. Brasília, DF: MMA, 2016c.

BUCKINGHAM, Susan; LE MASSON, Virginie (Ed.). *Understanding climate change through gender relations*. Taylor & Francis, 2017.

DENTON, Fatma. Climate change vulnerability, impacts, and adaptation: Why does gender matter? *Gender & Development*, v. 10, n. 2, p. 10-20, 2002.

GOH, Amelia H. A literature review of the gender-differentiated impacts of climate change on women's and men's assets and well-being in developing countries. *CAPRI Working Paper*, nº 106, International Food Policy Research Institute, 2012.

MACGREGOR, Sherilyn. Moving beyond impacts: More answers to the 'gender and climate change' question. In: *Understanding climate change through gender relations*. Routledge, 2017. p. 15-30.